

Artigo

A psicanálise nas instituições para crianças e adolescentes: a história e seus impasses

Laura Resende Moreira; Fuad Kyrillos Neto

Resumo. O manuscrito visa refletir sobre a presença da Psicanálise nas políticas públicas para infância e adolescência no Brasil. Partimos do recorte de experiências de participação social da psicanálise com crianças em diferentes ocorrências: a prática do lar de crianças na Rússia bolchevique; a educação coletiva nos kibutzim e a experiência francesa da *Maison Verte*. Ao tensionar os impasses enfrentados pelas diferentes experiências e a história das práticas da Psicanálise no contexto social, vemos aparecer as cesuras que promovem descontinuidades, sobretudo no que se refere à inserção da psicanálise de crianças no Brasil. Conclui-se que a perspectiva de retomada da memória histórico-social fornece importantes subsídios para refletir sobre a práxis psicanalítica atual no país e aponta para a nossa responsabilidade de sustentação da relação entre a Psicanálise e suas incidências políticas.

Palavras-chave: história da psicanálise; memória; instituições; psicanálise de crianças.

Psicanálise en las instituciones para niños y adolescentes: la historia y sus impasses

Resumen. El manuscrito tiene como objetivo reflexionar sobre la presencia del Psicoanálisis en las políticas públicas para la infancia y la adolescencia en Brasil. Partimos del análisis de experiencias de participación social del psicoanálisis con niños en diversas situaciones: la práctica en los hogares infantiles en la Rusia bolchevique; la educación colectiva en los kibutzim y la experiencia francesa de la *Maison Verte*. Al poner en tensión los obstáculos enfrentados por las diferentes experiencias y la historia de las prácticas del Psicoanálisis en el contexto social, emergen las interrupciones que promueven discontinuidades, especialmente en lo que respecta a la inserción del psicoanálisis infantil en Brasil. Se concluye que la perspectiva de recuperación de la memoria histórico-social proporciona importantes elementos para reflexionar sobre la praxis psicoanalítica actual en el país y señala nuestra responsabilidad en sostener la relación entre el Psicoanálisis y sus implicaciones políticas.

Palabras clave: historia del psicoanálisis; memoria; instituciones; psicoanálisis infantil.

*Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), São João del-Rei, MG, Brasil. E-mail: laurawresende@gmail.com

** Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João del-Rei, MG, Brasil. E-mail: fuadneto@ufsj.edu.br

Psychoanalysis in institutions for children and adolescents: history and its impasses

Abstract. The manuscript aims to reflect on the presence of Psychoanalysis in public policies for childhood and adolescence in Brazil. We start by examining experiences of social participation of psychoanalysis with children in different contexts: the practice of children's homes in bolshevik Russia; collective education in kibbutzim, and the French experience at Maison Verte. By highlighting the impasses faced by these different experiences and the history of psychoanalytic practices in the social context, we see the ruptures that promote disruptions, especially regarding the integration of child psychoanalysis in Brazil. It is concluded that the perspective of recovering historical and social memories provides important insights to think about the current psychoanalytic praxis in the country and points to our responsibility to sustain the relationship between Psychoanalysis and its political implications.

Keywords: history of psychoanalysis; memory; institutions; child psychoanalysis.

La psychanalyse dans les institutions pour enfants et adolescents: l'histoire et ses impasses

Résumé. Le manuscrit vise à réfléchir sur la présence de la Psychanalyse dans les politiques publiques pour l'enfance et l'adolescence au Brésil. Nous commençons par examiner des expériences de participation sociale de la psychanalyse avec des enfants dans différents contextes: la pratique des foyers pour enfants en Russie bolchévique; l'éducation collective dans les kibboutzim et l'expérience française des Maisons Vertes. En mettant en lumière les impasses rencontrés par ces différentes expériences et l'histoire des pratiques psychanalytiques dans le contexte social, nous voyons apparaître les ruptures qui entraînent des discontinuités, notamment en ce qui concerne l'intégration de la psychanalyse infantile au Brésil. Il est conclu que la perspective de récupération de la mémoire historique et sociale fournit des éclairages importants pour réfléchir à la pratique psychanalytique actuelle dans le pays et souligne notre responsabilité de soutenir la relation entre la Psychanalyse et ses implications politiques.

Mots-clés: histoire de la psychanalyse; mémoire; institutions; psychanalyse infantile.

As formas da presença da Psicanálise nas políticas públicas brasileiras se anunciam como tema que pede reflexão. Nesse campo nos habituamos a pensar no Estado que, ao garantir direitos sociais, oferece serviços públicos; ao pensar a inserção da Psicanálise nesses serviços nos deparamos com uma atuação condicionada a uma série de fatores, tais como a estrutura do serviço que permita o desenvolvimento de uma escuta do sujeito e uma rede de assistência devidamente constituída que pode favorecer o trabalho psicanalítico.

No campo de assistência e cuidado de crianças e adolescentes nos deparamos ainda com uma esfera complexa de agentes e discursos. Segundo Rizzini e Rizzini (2004), essa assistência é marcada pelo ideário de proteção que, paradoxalmente, redundou na construção de um modelo com forte tendência à institucionalização; a assistência à criança e adolescente no Brasil se deu em uma concepção segmentada e não integradora da população infantojuvenil. No início do século XX, originou-se um conjunto de medidas, calcadas na lógica higienista e de inspiração normativo-jurídica, que expandiu a oferta de instituições fechadas para o cuidado de crianças e adolescentes, em sua maioria sob a tutela do campo filantrópico. O Estado oficializou o modelo em curso e a concepção da criança a ser assistida: a deficiente social (pobre), a deficiente mental e a deficiente moral (delinquente) (Ministério da Saúde, 2005).

Como consequência desse processo que tinha a alcunha de assistência, tivemos a institucionalização do cuidado e a criminalização da infância pobre (os Códigos de Menores), gerando um quadro de desassistência, abandono e exclusão. Nos entrelaçamentos desse processo, passou em silêncio, mas não isenta de suas consequências nefastas, uma legião de crianças e adolescentes portadores de transtornos mentais. De acordo com Rizzini e Rizzini

(2004), incluídos na rubrica de deficientes, essas crianças e adolescentes tornaram-se alvo de exclusão ou até mesmo de completo desconhecimento por parte das áreas encarregadas das ações oficiais de cuidado.

Segundo as autoras, esse cenário começa a se modificar com os movimentos sociais em prol dos direitos humanos e redemocratização do país, em meados dos anos 1970. Isso porque o advento dos movimentos pró-Reforma Psiquiátrica e a promulgação da Lei 10.216/2001 levaram à progressiva substituição de instituições asilares por serviços de caráter aberto, organizados em rede. Cabe aqui ressaltar a importância da promulgação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em 1990, marco legal que reuniu reivindicações de movimentos sociais que trabalhavam em defesa da ideia de crianças e adolescentes como cidadãos, dotados de direitos fundamentais e individuais e que devem ter acesso à cidadania e proteção integral. Tais articulações inscreveram uma nova concepção de criança e adolescente no ordenamento jurídico, político e social brasileiro, com consequências para a qualificação das ações públicas dirigidas ao seu cuidado e proteção (Rizzini & Rizzini, 2004).

Vemos tecer a partir desses movimentos sociais diferentes experiências e apropriações da Psicanálise em variadas frentes e setores da sociedade, para além do consultório privado. É possível destacar nos últimos anos a sua disseminação no campo das políticas públicas de educação (Kupfer, 1989; Pereira, 2003), jurídicas (Barros-Brisset, 2010; Vicentin, Gramkow & Rosa, 2010), de assistência social (Ferreira, 2001; Rodrigues, 2016), de saúde mental (Alberti & Figueiredo, 2006; Cunha, 2005; Dunker & Kyrillos Neto, 2015) e projetos de clínica oferecidas em ruas e praças públicas (Brito, 2006; Broide & Broide, 2016).

As experiências da psicanálise em seu viés socioinstitucional, no entanto, não são uma novidade e nem uma originalidade brasileira. Freud (1919/2021), no pronunciamento lido no V Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste, em setembro de 1918, reconhece a psicanálise como uma atividade terapêutica limitada às camadas abastadas e mais altas da sociedade, aptas a escolher e pagar o próprio médico. Nessa ocasião, Freud mapeou uma série de novos caminhos que a psicanálise deveria adotar para manter sua viabilidade em um mundo reestruturado. Acreditando na possibilidade futura de o Estado ofertar cuidados em saúde mental às demais camadas da população, o psicanalista profetiza a instauração de

(...) instituições ou institutos de formação, onde trabalharão médicos de formação psicanalítica, que através da análise manterão capazes, em face da resistência à produtividade, homens – que do contrário se entregariam à bebida –, mulheres – que ameaçam sucumbir diante do peso das denúncias – e crianças – que têm diante de si apenas a escolha entre a selvageria e a neurose. Esses tratamentos serão gratuitos (Freud, 1919/2021, p. 201).

O posicionamento freudiano nesse momento embrionário atesta méritos absolutamente relevantes. Após esse pronunciamento dezenas de clínicas públicas surgirão em toda a Europa, e o voto freudiano em favor de uma psicanálise popular, conforme nos diz Gabarron-Garcia (2023), ecoará no engajamento político dos psicanalistas nas cidades. Esses criam postos avançados de psicanálise em bairros populares, promovem a educação popular, abrem creches, militam pelo direito ao aborto, participam de trabalhos com jovens infratores, inauguram centros de acolhimento gratuitos.

Nesse sentido, investigar o exercício da psicanálise no âmbito público contribui com esclarecimentos acerca da sua própria práxis, expõe suas tensões, questionamentos do social e impulsiona avanços. É partindo desse entendimento que apresentaremos, a seguir, um recorte de experiências de participação social da psicanálise com crianças e adolescentes em diferentes

tempos e lugares. Esse enfoque apoiado na memória histórico-social nos oferece um testemunho que aponta para a nossa responsabilidade de sustentação da relação entre a psicanálise e suas incidências políticas, o que, sem dúvida, enriquece e torna efetivas as ações nos campos que ela toca.

Para este trabalho utilizaremos o referencial de De Certeau (1987/2023) no intuito de direcioná-lo nos estudos entre a História e a Psicanálise. De acordo com o autor, a Psicanálise e a Historiografia distribuem o “espaço da memória” de diferentes maneiras. A Psicanálise reconhece a relação do passado com o presente de acordo com os modelos de imbricação, de repetição e do equívoco. Já a Historiografia trata essa relação segundo o modelo da sucessividade, da correlação, do efeito e da disjunção. No entanto, o autor postula que os conflitos entre duas estratégias do “tempo” se desenvolvem em um terreno de questões equivalentes, quando, por exemplo, ambas procuraram “princípios e critérios em nome dos quais seja possível compreender as diferenças ou garantir continuidades entre a organização do atual e as antigas configurações”, ou quando “(...) conferem valor explicativo ao passado e/ou tornam o presente capaz de explicar o passado” (De Certeau, 1987/2023, p. 73).

Levando em conta o desenvolvimento não linear da disciplina psicanalítica, Abraão (2009) aponta que a interseção da Psicanálise e a História deve voltar-se para “as continuidades e descontinuidades do desenvolvimento teórico, que são afetadas pelas contingências históricas” (Abraão, 2009, p. 8). Considerando esse aspecto, para Rubin (2021), as abordagens históricas e seus métodos ampliaram-se nas últimas décadas no Brasil, incluindo nas produções em Psicanálise a reconstrução de memórias e fatos, mas sobretudo de esquecimentos e rasuras das narrativas históricas prévias. Dessa maneira, ao restituir um passado esquecido, o campo psicanalítico cria condições de possibilidade para a sustentação de elementos antagônicos, contraditórios, sem a necessidade de suturá-los no sentido e na explicação (De Certeau, 1987/2023, p. 69).

Nessa perspectiva, este trabalho parte de alguns exemplos de percurso da psicanálise de crianças e adolescentes em contextos de sua presença institucional no espaço público. Primeiramente destacamos a experiência vanguardista de Vera Schmidt e o lar de crianças na Rússia bolchevique, que apostava em uma educação baseada nos princípios psicanalíticos. Em seguida, apresentamos um importante caso de educação coletiva que teve a Psicanálise como disciplina norteadora: a educação nas comunas agrícolas da Palestina britânica e Israel, os kibutzim. Também como prática da psicanálise de crianças para além do setting tradicional, resgatamos a prática de Françoise Dolto com crianças pequenas na França, na *Maison Verte*. Além disso, procuramos ressaltar uma prática brasileira inspirada na experiência francesa, de interface entre a Psicanálise e a saúde coletiva. Por fim, retomamos o percurso da psicanálise de crianças no Brasil e como foi inicialmente desenvolvida próxima de práticas adaptativas e de anseio higienista.

A retomada das diferentes experiências, seguidas das considerações acerca das origens da psicanálise de crianças em solo nacional, tem como objetivo a reflexão sobre as práticas atuais da psicanálise; sobretudo as inseridas nas políticas públicas brasileiras para a infância. Assim, nosso intuito é refletir sobre a questão: o que a Psicanálise brasileira atual pode aprender com as diferentes formas de aplicação da disciplina destacadas aqui? Entendemos que o enodamento da Historiografia com a Psicanálise nos oferece subsídios para repensarmos a inserção da psicanálise no campo público no Brasil. Isso porque voltar o olhar para o passado das práticas da psicanálise extramuros contribui para a possibilidade de utilizar a disciplina como ferramenta de subversão às persistentes demandas de discursos hegemônicos.

Vera Schmidt e a Casa das Crianças

Entre as experiências da psicanálise no âmbito público, destacamos, de início, a *Detski Dom* (Casa das Crianças), escola experimental para crianças, em Moscou. Fundada em agosto de 1921 pela psicanalista Vera Schmidt, a instituição acolhia crianças e propunha uma abordagem educacional baseada nos preceitos psicanalíticos, em articulação aos do marxismo e em oposição aos métodos ditos tradicionais. A proposta enfatizava a importância da compreensão da sexualidade infantil e, para sua viabilização, era essencial implementar uma educação sexual positiva, na qual as educadoras estivessem capacitadas para guiar o desenvolvimento sexual das crianças e promover a sublimação dos impulsos. A Casa das Crianças serviria como laboratório para pesquisa científica e para a exploração de “novos métodos educativos baseados nas descobertas da psicanálise” (Reich & Schmidt, 1975, p. 39).

Segundo Maniakas (2019) o ideal pedagógico promovido por Vera Schmidt personificava o espírito vibrante dos anos 1920, que, após a Revolução de Outubro, aspirava a realizar a visão de uma harmonia tangível entre a liberdade individual e a emancipação social: uma genuína utopia educacional que integrava princípios freudianos ao ideário marxista. Houve um verdadeiro entusiasmo pela psicanálise entre a juventude revolucionária dos anos 1920, pois, de acordo com Gabarron-Garcia (2023, p. 43), a psicanálise permitiu “repensar, em outras bases que não a religiosa, domínios como a educação, a relação homens-mulheres, a família, a sexualidade”. Por conta disso, a psicanálise ocupou um lugar na construção do novo regime social estabelecido na Rússia.

Em um ensaio publicado em 1923, Schmidt (1923/1975) argumenta que a Revolução Soviética havia intensificado o interesse em questões educacionais, especialmente aquelas relacionadas à “educação coletiva na primeira infância”. Concomitante a essa publicação, na Sociedade Psicanalítica Russa, foi estabelecido o primeiro Instituto de Psicanálise do país e o terceiro no mundo, sucedendo Viena e Berlim. Essa foi a única instituição psicanalítica a receber apoio financeiro do Estado, devido ao interesse dos bolcheviques na psicanálise como parte da construção do socialismo. Dado seu status como Instituto, encarregado da formação de analistas, necessitava da aprovação da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), o que, contudo, não ocorreu. No entanto, sob a influência de Freud, foi criada a Sociedade Psicanalítica Pan-russa, composta por psicanalistas de diversas cidades do país, tendo Otto Schmidt, marido de Vera Schmidt, e Alexander Luria como coordenadores.

A Casa das Crianças acolheu inicialmente 30 crianças, entre 1 e 5 anos, provenientes de diversos estratos sociais: algumas pertenciam à classe trabalhadora ou a famílias camponesas, enquanto outras tinham pais ligados ao meio intelectual ou a movimentos partidários. Em concordância com as ideias freudianas, Vera Schmidt apresenta os princípios psicanalíticos do trabalho no lar de crianças, destacando que “em vez de condenar a criança pelas tendências que provêm de seu inconsciente, devemos dar-lhe ajuda para que ela as possa dominar” (Schmidt, 1923/1975, p. 23).

Por conta disso era importante que a equipe de pedagogos do lar renunciasse aos próprios preconceitos que sua educação lhe conferiu. “Depende da atitude do educador que essa ligação [entre criança e educador] venha a ser positiva ou negativa. Daí resulta a necessidade de um

trabalho sério do educador sobre si mesmo” (Schmidt, 1923/1975, p. 21). Essa aposta na transferência sinaliza o reconhecimento da criança como sujeito e representa vanguarda na educação progressista: a psicanálise torna-se, nesse contexto, o “pré-requisito de qualquer trabalho pedagógico verdadeiro” (Gabarron-Garcia, 2023, p. 51).

A abordagem inovadora suscitou suspeitas e boatos sobre as atividades reais ocorridas no lar. Como afirma Maniakas (2019), sinais iniciais de censura ideológica começaram a se manifestar. Diante desse cenário uma comissão do Estado foi formada com o objetivo de avaliar o trabalho realizado na Casa das Crianças de Moscou. De acordo com Schmidt no ensaio publicado em 1923 (p. 15),

apesar de o trabalho científico do jardim de infância se desenrolar com toda a tranquilidade e discrição, ao fim de apenas três meses começaram a espalhar-se pela cidade todo tipo de boatos a respeito de nossas atividades. Dizia-se que no nosso estabelecimento se passavam as coisas mais espantosas, que excitávamos prematuramente a sexualidade das crianças com fins analíticos e outras coisas do mesmo teor.

Os membros dessa comissão fizeram críticas severas à abordagem adotada na instituição, tanto do ponto de vista pedagógico, quanto do científico, e, embora o parecer dos outros integrantes da comissão fosse favorável, a Casa das Crianças perdeu uma de suas fontes de financiamento. De acordo com Vera, “o veredito dessa comissão de inquérito revelava um forte cariz emocional e era inteiramente destrutivo” (Schmidt, 1923/1975, p. 16). Alguns membros da comissão insultaram a equipe e até mesmo as crianças. Em seguida, foi suspensa toda a ajuda do Estado e houve um empenho na condenação ideológica do lar (Schmidt, 1923/1975).

Aqui, vale destacar que, ainda com o fechamento da Casa das Crianças em 1924, a tomada de poder por Stalin, sua perseguição aos psicanalistas russos e a condenação da psicanálise como uma ciência burguesa (Gabarron-Garcia, 2023), o trabalho de Vera Schmidt evidencia um valor altamente significativo: foi a primeira tentativa na história da pedagogia a dar um conteúdo prático à teoria da sexualidade infantil. Embora, segundo Reich (1929/1975), a Associação Psicanalítica Internacional (IPA) tivesse uma atitude cética e hostil em relação a essa experiência, é inegável a importância desta para aquilo que Freud (1927/2020, p. 284) veio a chamar de “um tesouro a ser desenterrado” e a “esperança quanto ao futuro” que as possibilidades de uma educação orientada pela psicanálise pode gerar.

A psicanálise no kibutz e a educação coletiva

Seguindo a proposta de discutir as experiências da psicanálise nos contextos públicos, apresentamos o modelo de educação aplicado nas comunas agrícolas da Palestina britânica e Israel, os kibutzim. Trata-se da inserção da psicanálise enquanto disciplina de referência, única psicologia, segundo alguns militantes do movimento Ha-Shomer Ha-Tza'ir¹, capaz de ajudar o povo judeu a superar seus sofrimentos e liberar a agressividade acumulada durante séculos por esse povo.

¹ Ha-Shomer Ha-Tza'ir é um movimento juvenil e uma organização sionista-socialista. Foi fundado em 1919 na Galícia Oriental e se difunde rapidamente no mundo inteiro. O Ha-Shomer Ha-Tza'ir combinava os ideais sionistas com ideias socialistas. Acreditava na criação de uma sociedade justa e igualitária em Israel, além de enfatizar a importância da juventude na construção do futuro Estado. Muitos membros do Ha-Shomer Ha-Tza'ir estavam envolvidos na fundação e administração dos kibutzim, que refletiam os princípios socialistas e cooperativos do movimento.

Liebermann (2023) nos apresenta o papel da teoria psicanalítica enquanto alicerce para a construção da educação coletiva nas comunas e como ela fez parte desde a criação até a consolidação do ideário desse movimento. Segundo o autor, os pedagogos que participam do movimento, a partir de 1929, dirigem-se a psicanalistas europeus solicitando que contribuam com o projeto. Para os membros do grupo revolucionário, “apenas a ‘formação psicanalítica’ poderia ajudá-los a efetuar suas audaciosas experiências educacionais” (Liebermann, 2023, p. 51), a única disciplina que lhes permitia implementar a educação coletiva almejada pelos dirigentes do kibutz. Nesse sentido é inegável que a obra freudiana teve um lugar eminente na consolidação dessa sociedade revolucionária.

A psicanálise na educação coletiva tem como idealizador Siegfried Bernfeld, pedagogo sionista que, ainda que nunca tenha ido à Palestina, contribuiu diretamente na formação psicanalítica de muitos de seus discípulos. Esses, por sua vez, compartilharam suas instruções, assim como as de Freud, no âmbito da educação, pedagogia e psicologia infantil. Importante destacar na trajetória de Bernfeld a sua posição política dentro do movimento psicanalítico. Ele acreditava que “a repressão social era um primeiro obstáculo ao desenvolvimento da criança e que os professores, em geral, reforçavam a carga moral em vez de aliviá-la. (...) Bernfeld queria que a educação progressista começasse nos jardins de infância” (Danto, 2019, p. 42). De acordo com Danto (2019), Freud considerava a intensidade de Bernfeld coerente com seu idealismo.

Em 1919, Bernfeld inaugura em Viena o *Kinderheim Baumgarten*. Essa instituição era destinada a acolher crianças judias órfãs da Primeira Guerra Mundial e foi a primeira experiência em que a educação coletiva tem um apelo maior. Além disso, servirá de inspiração para os pedagogos do Ha-Shomer Ha-Tza'ir na construção do sistema de educação dos kibutzim, onde as crianças crescerão longe dos pais. No *Kinderheim Baumgarten*, Bernfeld busca, principalmente, promover a autonomia das crianças. Após vivenciar a guerra, os violentos ataques da população não judia contra os judeus na área do Império Russo (pogroms) e o completo abandono,

a maioria dessas crianças sofre de sérias perturbações psicológicas e gravíssimas dificuldades de adaptação à vida em sociedade. O que interessa a Bernfeld não é tanto ‘educar’ essas crianças, no sentido tradicional do termo ou ‘normalizá-las’, quanto compreender os processos inconscientes que determinam os seus comportamentos patológicos e sociais, e poder, assim propor a elas uma via que lhes permita viver com os outros em sociedade (Liebermann, 2023, p. 78).

Ao se tornar membro da Sociedade Psicanalítica de Viena, Bernfeld é indicado por Freud para a Policlínica de Berlim, deixando a administração do *Kinderheim Baumgarten* nas mãos de Willi Hoffer. No entanto, seu trabalho de teorização dessa primeira experiência de educação coletiva não se encerra com sua saída. Nos anos 1930, por exemplo, os seminários destinados à formação psicanalítica, organizados por Bernfeld no Instituto Psicanalítico de Berlim, direcionam-se para os indivíduos que têm a responsabilidade da educação coletiva nos kibutzim. De acordo com Liebermann (2023), “sejam quais forem as lacunas que não vão cessar de se abrir entre o psicanalista e um determinado número de pedagogos, ele vai continuar sendo uma das principais referências dos pedagogos socialistas da Palestina, especialmente do Ha-Shomer Ha-Tza'ir” (p. 79).

A educação coletiva não é apenas um método educacional entre outros; ela constitui a própria essência da ideologia kibutziana. Por meio dela, desde a mais tenra infância, são transmitidos aos futuros cidadãos os valores revolucionários do movimento, incluindo a contínua luta pelos princípios coletivos, o respeito ao próximo e a resistência ao domínio

capitalista. A forma como é conduzida no kibutz se dá, em grande parte, longe dos adultos. Como descreve Liebermann (2023, p. 211, grifos do autor),

se a educadora de crianças pequenas é convocada a desempenhar esse papel primordial na educação das crianças, é para substituir a educação tradicional, ‘fonte de conflitos entre pais e filhos e geradora de perturbações psicológicas às vezes muito graves’ (...). A relação entre criança e pais, liberada das tensões, será então mais ‘harmoniosa’.

Ainda que, segundo Liebermann (2023, p. 328), a partir de 1960 outras correntes da psicologia tenham emergido nas redes educacionais e terapêuticas da comunidade kibutziana, é inegável que a psicanálise fez parte do mito fundador dos kibutzim, “marcando com seu carimbo a educação coletiva”. A experiência implantada aqui produziu efeitos históricos importantes e desestabilizou pressupostos teóricos ao construir uma experiência transgressora de educação coletiva, tendo como sustentáculo a psicanálise. Quando, na atualidade do contexto brasileiro, considerarmos os diversos impactos substanciais dos investimentos fundadores da psicanálise no campo público, é crucial revisitar experiências pioneiras como essa, já que fomenta a reflexão sobre a práxis psicanalítica atual.

Françoise Dolto: A *Maison Verte* e seus desdobramentos

Situando-se também no imbricamento entre a psicanálise e a educação, o dispositivo *Maison Verte* (Casa Verde), criado pela psicanalista francesa Françoise Dolto em 1979, e ainda em atividade em diversos países, inaugura uma forma de acolhimento de crianças com menos de três anos e seus pais. Para Roudinesco (1988), Dolto é a fundadora de uma nova apreensão da psicanálise infantil, centrada na psicopatologia da vida cotidiana. Ela estabelece os fundamentos de uma abordagem psicanalítica para a terapia infantil, focada na escuta do inconsciente e desvinculada da perspectiva psiquiátrica, sendo “a um só tempo, mais pedagoga do que Melanie Klein e menos conformista do que Anna Freud. Ela não pensa o campo da psicanálise infantil na categoria de uma moral educativa, mas inclui a posição parental no tratamento” (Roudinesco, 1988, p. 174).

Françoise Dolto se destacou como uma das psicanalistas mais populares da França. Após seu rompimento com a IPA (Associação Psicanalítica Internacional), fundou a Escola Freudiana de Paris junto a Jacques Lacan, com quem estudou e tornou-se parceira na proposta de retorno a Freud. Para ela, a escuta deve ser centrada na criança desde a mais tenra idade. Além disso, teve um papel de destaque em momentos cruciais para o desenvolvimento e divulgação da psicanálise: propôs intervenções no campo da saúde pública, conduziu um programa de rádio em que respondia cartas de familiares e discutia questões relacionadas à relação de pais e filhos. Ao final de sua vida, retomou o trabalho clínico em uma creche pública de permanência temporária, destinada ao acolhimento de crianças com dificuldades familiares e sociais (Nasio, 1995).

Considerando que as contribuições da psicanálise não deveriam se limitar ao consultório do analista ou à acumulação de saber, Dolto dedicou-se a várias ações preventivas no campo da infância. Uma delas foi a criação da *Maison Verte*. Esse dispositivo foi criado com o intuito de ser um espaço de convivência entre crianças em idade pré-escolar e seus familiares; um lugar intermediário entre a vida familiar e o espaço coletivo, em que se articulam dois conceitos: laço social e subjetivação. A empreitada de Françoise Dolto, junto de uma equipe de psicanalistas,

previa um espaço de encontro, sustentada na possibilidade de uma utilização social da psicanálise. Além disso, de acordo com a autora, em uma conferência realizada no Centro de Formação e Pesquisa Psicanalítica, a “*Maison Verte* contribui para ‘desmistificar’ a imagem preconcebida da psicanálise, com sua sessão obrigatória três vezes por semana, por anos e anos” (Dolto, 1986, tradução nossa).

De acordo com Muguerza (2022, p. 482), o trabalho na *Maison Verte* consiste na “manutenção de um espaço de acolhimento e de escuta aberto, poroso aos fluxos rotineiros, familiares, da vida comunitária local. Os frequentadores podem ir e vir ao sabor de sua vontade, sem a necessidade de agendamento prévio e marcações de consulta”. A instituição, no entanto, não se define como um espaço de tratamento, pedagógico e tampouco uma creche. Trata-se de um lugar que promove o primeiro encontro com o coletivo, encontro mediado pela presença dos pais, da palavra, e que serve de amparo ao interceptar o enodamento laço social e subjetividade. Nesse sentido, descreve Teperman (2012), a *Maison Verte* se desenvolve de forma absolutamente singular ao oferecer um espaço no qual a psicanálise se inscreve e convida coletivamente à escuta singular de todos que atravessam suas portas. Com mais de 40 anos de existência, o dispositivo permite que haja o encontro com um psicanalista, sem a obrigação de uma cura psicanalítica; além disso, abriu espaço para a “aventura” que é inscrever a psicanálise na cidade: reinterrogar as articulações e relações entre as dimensões do acolhimento, da socialização, da educação e da constituição do sujeito psíquico.

Importante destacar que, segundo Teperman (2012), a instituição é sustentada por agências financiadoras e se recusou a fazer parte do controle do poder público francês. De acordo com a autora, a decisão de não fazer concessões diante do controle do Estado e até mesmo das agências de fomento deve-se à manutenção de um lugar para a “invenção na intervenção sustentada no discurso psicanalítico” (Teperman, 2012, p. 145). A instituição mantém a psicanálise em sua vitalidade, enquanto em outras estruturas a psicanálise permanece como referência apenas no âmbito das supervisões. Ainda assim, ela foi utilizada como modelo pelo estado francês para a criação de uma série de centros de acolhimento no país e serviu de inspiração para outras organizações que foram criadas ao redor do mundo, como na Bélgica, Rússia, Suíça, Quebec, Grécia e também no Brasil².

... e o percurso brasileiro? A psicanálise entre a educação e a medicina

As relações entre a psicanálise e a assistência à infância e juventude no Brasil podem ser caracterizadas, de acordo com Abraão (2009), em complementaridade entre a utilização do modelo teórico no âmbito educacional e sua vinculação ao meio psiquiátrico. A aplicação das ideias psicanalíticas no contexto educacional se deu com o intuito de aprimorar a gestão da educação infantil e resolver os problemas escolares. A apropriação pela psiquiatria orientou-se para tratamento de crianças com problemas emocionais atendidos em instituições.

Segundo o autor, as condições necessárias para a introdução da psicanálise de crianças no Brasil se dão a partir das reformas educacionais dos anos 1930, movimento conhecido como “Escola Nova”. Trata-se de um movimento que tinha como alvo preparar o Brasil para o século XX, ao mesmo tempo em que visava superar os graves problemas de nosso passado colonialista, escravista, predominantemente rural e desigual. As propostas foram a abertura das portas da escola pública para acolher o maior número possível de alunos, a promoção da convivência

² Sobre esse assunto, ver a experiência da Casa da Árvore em favelas do Rio de Janeiro em Milman e Bezerra, Jr. (2008).

entre diferentes classes sociais, a introdução de uma nova abordagem pedagógica e a ruptura com o modelo de escolas confessionais, privadas e exclusivas.

Para Abraão (2009), com as estratégias pedagógicas do movimento vemos surgir a direção a partir da qual a psicanálise de crianças começou a ser requerida e a ganhar maior expressão no Brasil. Ao reconhecer as dificuldades que as crianças enfrentam ao aprender ou se adaptar à escola, surge a necessidade de recursos teóricos e práticos para capacitar os profissionais a compreender e lidar com essas dificuldades. Como resultado, as autoridades educacionais estabeleceram instituições especializadas no atendimento de alunos com dificuldades, levando à criação da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental no Rio de Janeiro, em 1934, sob a direção de Arthur Ramos, e da Seção de Higiene Mental Escolar em São Paulo, em 1938, coordenada por Durval Marcondes.

O trabalho executado, intermediado pelas clínicas de orientação infantil, compreendia na avaliação da criança que apresentava dificuldades cognitivas ou comportamentais nas escolas e a construção de estratégias para a sua resolução. Em um segundo momento, o trabalho que se realiza nas clínicas é o de “promover modificações ambientais que favorecessem o desenvolvimento infantil e a adaptação da criança à escola, o que era conseguido mediante um trabalho de orientação com pais e professores” (Abraão, 2009, p. 426). Nesse sentido, explica-nos o autor, o uso da teoria psicanalítica na assistência às crianças teve uma abordagem predominantemente preventiva. Em outras palavras, a aplicação da psicanálise na avaliação da criança e na orientação dos pais visava, em última instância, promover a higiene mental com a suposta garantia do desenvolvimento de uma personalidade saudável e reduzir as chances de doenças mentais na vida adulta.

Outro aspecto relevante ao longo da história da psicanálise de crianças no Brasil é a transição da aplicação da psicanálise à higiene mental para um foco mais direcionado na psicoterapia psicanalítica, que se manifestou gradualmente, especialmente nas décadas de 1940 e 1950, em instituições dedicadas à assistência infantojuvenil. A participação da psicanálise nesse campo não se restringiu à educação; sua presença começou a influenciar abordagens de intervenção desenvolvidas na área médica. De acordo com Rubin (2021), isso ocorreu na medida em que a psicanálise passou a ser reconhecida como um instrumento de tratamento para os distúrbios emocionais das crianças.

Os serviços de atenção à criança criados durante as décadas de 1940 e 1950 eram vinculados a órgãos governamentais de São Paulo e Rio de Janeiro. Abraão (2009) destaca a Clínica de Orientação Infantil do Serviço de Higiene Mental Escolar, em São Paulo; e, no Rio de Janeiro, a Clínica de Orientação Infantil do Departamento Nacional de Saúde Mental (DINSAM) do Ministério da Saúde e a Clínica de Orientação Infantil do Instituto de Psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, vinculada à então Universidade do Brasil.

De acordo com Rubin (2021, p. 13, grifo da autora), a Clínica de Orientação Infantil funcionou por mais de 30 anos, imersa em concepções higienistas e contribuiu “para a consolidação de um importante espaço de penetração da psicanálise na esfera social, ainda que praticada como método preventivo para ‘curar’ desvios do comportamento”. Tal imersão deve-se tanto à institucionalização da psicanálise, por meio das organizações a partir dos anos 1940, quanto aos esforços da psiquiatria infantil para se consolidar como especialidade da medicina. A psicanálise passa a ser vista pelos psiquiatras como “um recurso terapêutico eficiente no tratamento de vários distúrbios mentais manifestados pela criança, constituindo-se assim em um segundo fator de relevância para a emergência da psicoterapia psicanalítica com crianças no Brasil” (Abraão, 2009, p. 429).

O intuito de trazer as origens da psicanálise de crianças e adolescentes no Brasil é marcar o lugar que a disciplina ocupou no “projeto de civilização da brasilidade” (Dunker, 2015), que permitia “articular uma concepção de desenvolvimento acorde com a ideia de progresso civilizacional, operando no interior do indivíduo ao modo de um processo de determinação” (Dunker, 2015, p. 119). Dessa maneira, a psicanálise poderia oferecer substratos teóricos, como o conceito de sexualidade, por exemplo, para a construção de um discurso científico sobre os modelos familiares e de educação que operou como “um poder disciplinador e de atribuição de culpa” (Rubin, 2021, p. 8). Para destacar a particularidade “colonialista” do surgimento da psicanálise no Brasil, Dunker (2015, p. 116) pontua que “se na Europa a psicanálise era novidade, meio suspeita meio judaica, meio vanguarda meio ciência, por aqui ela frequentava a cabeça de nosso condomínio público de administração da loucura como uma espécie de adiantamento modernizante”.

Mais recentemente em nossa história encontramos a extensão da psicanálise em diferentes campos e experiências que extrapolam o setting privado, sobretudo com a participação de psicanalistas nos movimentos em prol da garantia de direitos da população. Seja em escolas, CAPS³, CRAS⁴, CREAS⁵, clínicas na rua, a prática psicanalítica com crianças e adolescentes se depara com as questões sociais: desigualdades, questões concernentes à cultura contemporânea, a crise na educação, eclosão da violência e impasses no acesso ao cuidado. Diferentemente das práticas adaptativas, de anseio higienista, ou das que saíram em prol de “um projeto psicanalítico de ruptura com questões locais e com o sentimento de pertencimento” (Fancchinetti, 2012, p. 57), as experiências da psicanálise no âmbito público que esse trabalho vislumbra são justamente aquelas que se reconciliaram com o histórico de engajamento sociopolítico do movimento psicanalítico.

Considerações finais

Quando cotejamos a experiência da psicanálise com a política, em sentido mais geral de ocupação institucional do espaço público, deparamo-nos com diferentes formas de movimentações de discursos e práticas no decorrer da história da psicanálise. Neste trabalho pretendemos demonstrar de que maneira algumas experiências de extensão da psicanálise para o âmbito coletivo, incentivadas pelo próprio Freud (Danto, 2019), ressoam em diferentes lugares e momentos históricos. A inserção da psicanálise no campo público no Brasil pode encontrar nessas experiências algumas condições precedentes para sua própria existência, mas também antecipar a regularidade de certos problemas e impasses a serem enfrentados.

As experiências russa, israelense e francesa aqui descritas evidenciam uma variedade de formas de sustentação da psicanálise em diferentes contextos e táticas de ocupação dos espaços, para além das práticas standardizadas da disciplina. No entanto, a linha de continuidade dessas experiências mostra-se como uma questão problemática. Podemos pensar a respeito da permanência dessas experiências para além de suas lideranças fundadoras ou quando essas práticas são rechaçadas ou apropriadas pelos discursos da burocracia estatal. O projeto russo da Casa das Crianças, por exemplo, teve seu fechamento atrelado a uma tentativa de situar a psicanálise como “uma arma secreta de arruinamento moral da nação” (Richebächer, 2019), e até hoje a disciplina se encontra em uma situação problemática no país. Nos kibutzim, entre os anos de 1960 e início

³ Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil, dispositivo da Rede de Atenção Psicossocial do SUS.

⁴ Centro de Referência de Assistência Social, unidade de proteção básica do SUAS.

⁵ Centro de Referência Especializado de Assistência Social, unidade de proteção especializada do SUAS.

de 1970, outras correntes da psicologia são introduzidas nas redes educacionais e terapêuticas, e a psicanálise passa a ser questionada e considerada “ortodoxa e antiquada” (Liebermann, 2023). Na França, a proposta de Françoise Dolto não pretendeu fazer parte de uma política pública, justamente porque considerou que a manutenção da vitalidade da prática psicanalítica na *Maison Verte* vai de encontro às formas de controle do Estado (Teperman, 2012).

Assim, a pergunta que norteia metodologicamente este trabalho se coloca: o que a psicanálise brasileira atual, inserida nas políticas públicas, tem a aprender com as experiências apresentadas aqui? Não pretendemos encerrar essa questão, mas apontar direcionamentos. Nesse sentido, como propõe Roudinesco (1988, p. 52), “retornar às origens é em si um ato freudiano”. É, portanto, na medida em que apontamos as dificuldades enfrentadas pelas diferentes experiências e as tensionamos com a ligação histórica da psicanálise no meio público que vemos aparecer as “fendas que marcam o fim de um sistema de continuidade e o começo de outro” (De Certeau, 1987/2023, p. 140-141). A história desses movimentos da psicanálise faz parte do sistema de instituições com suas regras genealógicas de reconhecimento e não se configura como um campo isento de conflitos. É nesse âmbito que retomamos o alerta de De Certeau (1987/2023, p. 81): “no aspecto em que a psicanálise ‘esquece’ sua própria historicidade, ou seja, sua relação interna com conflitos de poder e de posição, ela torna-se um mecanismo de pulsões, ou um dogmatismo de discurso, ou uma gnose de símbolos”. Podemos perceber essas características na experiência brasileira entre as décadas de 1940 e 1950. A apropriação da psicanálise nesse período teve como efeito a perda de seu potencial subversivo de experiência original de escuta ao se aproximar do discurso oficial adaptativo. Assim, ela passa a ser tomada como aparelho de práticas normativas e higienistas.

O legado freudiano nos permite afirmar que o potencial subversivo da psicanálise consiste em ter feito do lugar central um lugar vazio. Ou seja, o discurso psicanalítico põe em evidência as modalidades de mal-estar, uma vez que reconhece as formas de sofrimento que não se inscrevem em narrativas categoriais, em discursos pré-formatados e institucionais (Dunker, 2015). Nesse sentido, a psicanálise é concebida, historicamente, como uma prática que subverte os imperativos do seu tempo quando sustenta a irredutibilidade do sofrimento ao sintoma – considerando que haja uma verdade subjacente que o ultrapassa – e do mal-estar ao sofrimento – apostando que este contém contradições maiores do que seria possível apresentar. Por conta disso, parece-nos inapropriado acreditar que afetos, desejos ou economias libidinais sejam conteúdos restritos à cena da vida privada e da reprodução de práticas sociais.

O equívoco nas diversas experiências de apropriação da psicanálise em solo brasileiro, diz-nos Dunker (2023, p. 12), foi acreditar que “se a psicanálise se apresentasse como uma ciência, acima das opiniões e alinhamentos, isso a protegeria das perseguições políticas de governos, Estados e nações”. Tal concepção se desdobraria na suposição de que, apesar de participar como serviço de saúde mental ou como prática liberal, ela ficaria isenta e salva de críticas na disputa pela justificação e por legitimidade como forma de tratamento psíquico. Por fim, isso levaria a uma posição de retirada ou exclusão gradual da ocupação do espaço público, seja como discurso, seja como prática clínica ou como saber.

Em um cenário nacional em que a psicanálise ainda hoje é “assombrada pela antiga névoa que a encobre como um tratamento ‘da burguesia para a burguesia’” (Lima, 2019, p. 293), parece-nos ser importante um acerto de contas com a própria história da disciplina, seja sob uma perspectiva política ampla, seja dentro do contexto específico do movimento psicanalítico brasileiro. Nesse aspecto, Parker e Pavón-Cuéllar em *Psicanálise e Revolução* (2022) apresentam a ideia de uma “renovação da psicanálise”. Em formato de manifesto, os autores

apontam caminhos para uma reapropriação da psicanálise, isto é, iluminar experiências e proposições inovadoras que se multiplicam mundo afora e organizar o debate que essas experiências e proposições suscitam, ao operar transversalmente em relação aos tradicionalismos dentro do campo. Para isso, convidam os psicanalistas a considerarem a relação dialética entre o trabalho clínico e o contexto histórico da psicanálise, sempre em transformação.

De acordo com esses autores, as condições históricas de surgimento da psicanálise no contexto europeu - de alienação ao capitalismo, exploração da vida, a natureza opressiva da família e sua repressão da sexualidade - eram precisamente as condições que a psicanálise pretendia compreender e enfrentar. Assim, para eles, ela se distingue da psicologia e da psiquiatria por ser uma experiência original de escuta, que trata o sintoma do mal-estar como uma mensagem sobre a condição humana e sobre a necessidade de mudança. Aqui, o manifesto aponta para uma recriação da psicanálise enquanto “ferramenta de um trabalho radical sobre a subjetividade, um trabalho necessário para subverter com êxito as condições existentes” (Parker & Pávon-Cuéllar, 2022, p. 61). A psicanálise sozinha não é capaz de resolver as questões relativas às novas formas de colonialismo, a desigualdade social, o racismo, o sexismo, por exemplo; mas pode participar como instrumento e prática de criações para além dos muros universitários e de seus campos de domínio.

Na contramão das experiências que mantiveram a prática da psicanálise alinhada às pretensões normalizantes do Estado (Dunker, 2015), é fundamental evidenciar que a inserção do discurso psicanalítico nos serviços públicos brasileiros, a partir dos anos 1990, produz um movimento gradual rumo à deselitização da disciplina. Os psicanalistas, que até então permaneceram institucionalizados, passaram a enfrentar novos desafios exigidos por um contexto de condições distintas das do consultório privado: o funcionamento do “para todos”, típico do campo dos direitos, das leis; o saber normativo e o trabalho em equipe em sua diversidade de saberes e discursos. No caso da assistência infantojuvenil nos departamentos ainda com diversos discursos a respeito do “problema da infância” (Rizzini & Rizzini, 2004). Além disso, apresentam-se nesses dispositivos públicos “casos bastante graves de desamparo psíquico, aos quais se soma o desamparo socioeconômico” (Rinaldi, 2017, p. 13). Assim, faz parte do acolhimento nesse âmbito oferecer um tratamento que leve em conta o sofrimento psíquico muitas vezes tributário das condições de vulnerabilidade social e risco a que está submetida grande parte da população do país.

Os rastros do modo como a psicanálise ingressa e se consolida no Brasil ecoam dentro e fora do campo. Nesse eco ficam evidenciados os questionamentos, ainda vigentes, sobre a real possibilidade de se trabalhar com psicanálise em condições tão adversas como a realidade da infância e adolescência pobre no país. No entanto, vemos tecer nas diferentes experiências da psicanálise com o coletivo (a da Casa das Crianças, da *Maison Verte* e no kibutz) filiações que as aproximam. Nas experiências aqui destacadas não se identifica uma posição fixa - elitista ou revolucionária - insensível às circunstâncias. Isso sugere que a psicanálise se torna mais ou menos politizada dependendo de sua reatividade contingente em relação à maneira como a política em geral influencia as “políticas de sofrimento” (Dunker, 2015). É nos momentos mais críticos que a psicanálise deve ser capaz de se lembrar de sua história, de resgatar seus silêncios, de reformular seus modelos e antimodelos, revelando que a cura pela fala persiste, graças ao seu alcance revolucionário, indubitavelmente preciosa para a atualidade.

Referências

- Abraão, J. L. F. (2009). As origens da psicanálise de crianças no Brasil: Entre a educação e a medicina. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 14 (3), 423-432. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/PNwwvyD3ZcNtbfGwG7mkrhj/?format=pdf>
- Alberti, S., & Figueiredo, A. C. (Orgs.). (2006). *Psicanálise e saúde mental: Uma aposta*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Barros-Brisset, F. O. (2010). Um dispositivo conector: Relato da experiência do PAI-PJ/TJMG, uma política de atenção integral ao louco infrator, em Belo Horizonte. *Journal of Human Growth and Development*, 20(1), 116-128. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100016&lng=pt&tlng=pt
- Brito, M. M. M. (2006). A abordagem e a clínica no atendimento aos moradores de rua portadores de sofrimento psíquico. *Psicologia: Ciência e profissão*, 26(2), 320-327. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200013&lng=pt&tlng=pt
- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise nas situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções*. São Paulo: Escuta.
- Cunha, G. T. (2005). *A construção da clínica ampliada na atenção básica*. São Paulo: Hucitec.
- Danto, E. A. (2019). *As clínicas públicas de Freud: Psicanálise e justiça social, 1918-1938*. São Paulo: Perspectivas.
- De Certeau, M. (2023). *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1987).
- Dolto, F. (1986). *La maison verte*. (Artigo publicado em *Esquisses Psychanalytiques* nº 5 em 1986 sob o título Actualités). Recuperado de <http://www.alaaddin.it/SITO%20DOLTO/Sito%20allegati/La%20maison%20verte%201985%20fr.pdf>
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Dunker, C. I. L. (2023). Uma psicanálise do porvir. In Gabarron-Garcia, F. *Uma História da Psicanálise Popular* (pp.7-13). São Paulo: Ubu.
- Dunker, C. I. L., & Kyrillos Neto, F. (2015). *Psicanálise e saúde mental*. Porto Alegre: Criação Humana.
- Fancchinetti, C. (2012). Psicanálise para brasileiros: História de sua circulação e apropriação no entre-guerras. *Cultura Psi*, vol 0, 45-62.
- Ferreira, T. (2001). *Os meninos e a rua*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Freud, S. (2020). O futuro de uma ilusão. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Cultura, sociedade e religião – o mal-estar na cultura e outros escritos*. Belo Horizonte: Autêntica. (Trabalho original publicado em 1927).
- Freud, S. (2021). Caminhos da terapia psicanalítica. In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Fundamentos da clínica psicanalítica*. Belo Horizonte: Autêntica. (Obra original publicada em 1918-1919).
- Gabarron-Garcia, F. (2023). *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu.

- Kupfer, M. C. (1989). *Freud e a educação: O mestre do impossível*. São Paulo: Scipione.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990). Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
- Liebermann, G. (2023). *Freud no kibutz*. São Paulo: Blucher.
- Lima, R. A. (2019). Clínicas públicas nos primórdios da psicanálise: uma introdução. *Teoría y Crítica de la Psicología* 12 (2019), 292–314. Recuperado de <https://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/article/view/292/242>
- Maniakas, G. F. (2019). A psicanálise nos primeiros tempos da Rússia soviética. *Discurso*, [S. l.], 49 (1), 127-139. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2019.159306>
- Milman, L., & Bezerra Jr, B. (2008). *A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Ministério da Saúde (2005). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Caminhos para uma política de saúde mental infantojuvenil*. Brasília, DF.
- Muguerza, V. H. (2022). Maison verte, 40 anos depois: lugar de vida, lugar de palavra. [Resenha do livro *Accueillir l'enfant aujourd'hui: La maison verte a 40 ans*]. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 25(2), 480-484. Doi: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n2p480.12>
- Nasio, J. D. (1995). *Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Parker, I., & Pavón-Cuéllar, D. (2022). *Psicanálise e revolução: Psicologia crítica para movimentos de liberação*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Pereira, M. R. (2003). *O avesso do modelo: bons professores e a psicanálise*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Reich, W. (1975). Os jardins de infância na Rússia soviética. In *Elementos para uma pedagogia antiautoritária*, pp. 39-52. Porto, Portugal: Publicações Escorpião.
- Reich, W., & Schmidt, V. (1975). *Psicanálise e educação*. Lisboa: J. Bragança.
- Richebächer, S. (2019). Uma ligação perigosa com o poder: a psicanálise na Rússia bolchevique [Trad. G. S. Philipson]. *Lacuna: Uma Revista de Psicanálise*, 7. Recuperado de <https://revistalacuna.com/2019/08/07/n-7-1/#:~:text=Em%201930%20come%C3%A7aram%20os%20debates,1933%2C%20a%20psican%C3%A1lise%20foi%20proibida>
- Rinaldi, D. (2017). O desejo do analista na instituição pública de saúde mental. *Correio APPOA*, 4 (6) Recuperado de https://appoa.org.br/correio/educacao/268/8203o_desejo_do_analista_na_instituicao_publica_de%20_saude_mental/483
- Rizzini, I., & Rizzini, I. (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-RJ.
- Rodrigues, A. (2016). *A psicanálise e a política de assistência social brasileira: Um diálogo possível?* (Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina).
- Roudinesco, E. (1988). *História da psicanálise na França: A batalha dos cem anos*. Vol. 2 (1925-1985). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

- Rubin, A. L. (2021). *Uma psicanálise para a subversão: a produção psicanalítica brasileira e o discurso (sobre o) adolescente em tempos ditatoriais (1964-1985)*. (Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo). Doi: <https://doi.org/10.11606/T.47.2021.tde-28042021-184232>
- Schmidt, V. (1975). Educação psicanalítica na Rússia soviética. In: *Elementos para uma Pedagogia Antiautoritária*. Porto, Portugal: Publicações Escorpião, pp. 15-38. (Obra original publicada em 1923).
- Teperman, D. W. (2012). *Família, parentalidade e época: um "nós" que não existe* (Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo). Doi: <https://doi.org/10.11606/T.48.2012.tde-16082012-112951>
- Vicentim, M. C. G., Gramkow, G., & Rosa, M. D. (2010). A patologização do jovem autor de ato infracional e a emergência de “novos” manicômios judiciários. *Journal of Human Growth and Development*, 20(1), 61-69. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000100009&lng=pt&tlng=pt

Revisão gramatical: Heberth Paulo de Souza

E-mail: prof.hpsouza@gmail.com / contato@editoravertentes.com

Recebido em maio de 2024 – Aceito em março de 2025.